



CAROS COMPANHEIROS

O Sindicato dos Trabalhadores das Salas de Jogos (STSJ), numa democracia e num Estado de Direito, não deixará de denunciar todos os atropelos por parte dos Concessionários de Jogo, por mais poderosos que estes sejam e, por muito que se julguem acima da Lei.

Assim, denunciámos o facto do nosso Associado Juliano André de Sousa Correia, não só cidadão e chefe de família exemplar, mas também funcionário irrepreensível e cumpridor das funções quais está contratualmente obrigado (como contínuo/porteiro dos Jogos Tradicionais).

O Concessionário de Jogo atropelou os direitos do nosso Associado, obrigando-o a prestar serviço no atendimento geral do Casino, assim como a prestar serviço para o Jogo de máquinas, provocando-lhe prejuízos ao perder o direito às gratificações de quem presta serviço exclusivo aos Jogos Tradicionais, setor ao qual pertence e despedindo-o por invocar os seus direitos.

O Juliano, ao ver-se completamente maltratado nos seus direitos, socorreu-se do seu Sindicato a quem paga as suas cotas para ver os seus direitos defendidos. O STSJ, como é o seu dever, intentou uma ação judicial contra o Concessionário de Jogo Solverde e viu, com grande satisfação, o Tribunal da Feira reconhecer-lhe razão, condenando o Concessionário de Jogo Solverde a reintegrar o funcionário Juliano Correia e a pagar-lhe todos os vencimentos vencidos até à data da sua reintegração, acrescidos de respetivos juros. No entanto, falhou ao recusar o pagamento das gratificações perdidas

O Concessionário de Jogo Solverde recorreu da decisão para a relação do Tribunal do Porto. O STSJ também recorreu, por entender que o prejuízo causado pertencia integralmente à Solverde. A relação do Tribunal do Porto condenou a Solverde a reintegrar o trabalhador e a pagar não só os vencimentos como também todas as gratificações vencidas até à sua reintegração, acrescido dos respetivos juros.





stsj
Sindicato dos Trabalhadores
das Salas de Jogos

Caros Companheiros, a verdade é que a Solverde, por ser economicamente muito poderosa, considera-se acima da Lei. Paga vencimentos, em média, pouco acima dos quinhentos euros mensais, para trabalharem sábados, domingos e feriados, até às quatro, cinco e seis da manhã, sem qualquer subsídio de horas noturnas, e desde 2006 que não atualiza os vencimentos que pratica.

E a verdade Companheiros, é que, apesar desta decisão transitada em julgado, o Concessionário Solverde ainda não pagou os salários, as gratificações e os juros em que foi condenado.

Para decidir, uma vez por todas, que os contínuos/porteiros não eram obrigados a trabalhar simultaneamente para os jogos tradicionais e para os jogos em “slot-machines” e não podiam ser prejudicados nas gratificações, este Sindicato tinha instaurado, em nome de três associados, incluindo o Juliano, um outro processo contra a Solverde. Nesse processo o Tribunal da Relação do Porto decidiu que jogos tradicionais e jogos de máquinas são dois tipos de jogo distintos com regras e profissionais próprios, embora possam coexistir os dois jogos sob o mesmo teto e condenou a Solverde a respeitar e a não misturar as profissões e a não prejudicar os trabalhadores no valor das gratificações.

O nosso Associado, legitimado pela decisão do Tribunal da Relação do Porto, que o autorizava a não aceitar voltar a ser prejudicado, não teve alternativa a não ser recusar uma ordem ilegítima que o afetava. O Concessionário de Jogo Solverde, afrontou não só os direitos do trabalhador (procedendo de novo ao seu despedimento), como voltou a afrontar o poder judicial.

Caros Companheiros, isto reflete o momento em que vivemos: ao grande poder económico tudo é permitido, até a desobediência judicial, esmagando por completo os já poucos direitos dos trabalhadores. As entidades reguladoras já desistiram de exercer as suas funções, como prova todos os abusos que são cometidos, em praticamente, todos os Casinos, onde o serviço de Inspeção de jogos sob a tutela do Turismo de Portugal está mais interessado nos muitos milhões de euros, que todos os meses arrecada, do que manter a exigência do cumprimento da lei. A Inspeção do trabalho, ou não responde às nossas queixas, ou apenas ouve o infrator, para posteriormente arquivar as queixas apresentadas, com o acostumado argumento de que não detetaram qualquer irregularidade, e assim funciona este País e os direitos dos trabalhadores.





stsj
Sindicato dos Trabalhadores
das Salas de Jogos

O País atravessa uma das mais graves crises de que há memória, fechando hospitais, escolas, centros de saúde, tribunais, etc. Vários apoios são cortados, levando um grupo elevado de portugueses à pobreza extrema, e, apesar de tudo, pelos Casinos passam todos os meses muitos milhões de euros, como é o caso do Casino da Póvoa de Varzim, que despido de qualquer sensibilidade Humana, não teve o mínimo pudor de enviar para a miséria um grupo de 21 trabalhadores. Sim! Aqueles que usufruíam os vencimentos mais baixos, enquanto a administradores e diretores eram distribuídos carros topo de gama, atribuídos cartões de crédito e outras mordomias. E pasmem-se Companheiros, com o argumento de “dificuldades económicas”!.

É preciso dizer que estes comportamentos só são possíveis com a total cumplicidade das entidades reguladoras e do próprio Estado, que tem o dever de não pactuar com irregularidades neste setor de forma a não permitir estes despedimentos coletivos, que constituem verdadeiros crimes contra a Humanidade num momento em que enfrentamos uma pobreza crescente, o maior desemprego que força um elevado número de Portugueses a emigrar.

Companheiros, é urgente que tomemos verdadeira consciência para esta questão porque todos os trabalhadores dos Casinos estão completamente vulneráveis, perante a falta de escrúpulos dos Concessionários e a cumplicidade dos organismos reguladores.

O STSJ não deixará de estar na linha da frente contra todos os atropelos aos trabalhadores, denunciando as injustiças, por todos os meios ao seu alcance.

Pe' A Direcção do STSJ

